

PORTUGAL COM PRIORIDADES INVERTIDAS

TUDO PARA OS QUE VÊM DE FORA, NADA PARA OS PORTUGUESES

ATUALIDADE PAG.02





© FOLHA NACIONAL

PORTUGAL COM PRIORIDADES INVERTIDAS

TUDO PARA OS QUE VÊM DE FORA, NADA PARA OS PORTUGUESES

O Estado está a virar as costas aos seus próprios cidadãos, deixando os portugueses em segundo plano enquanto promove uma política de privilégios para quem pouco ou nada contribuiu.

FORNE FOLHA NACIONAL

Lágrimas correram pelo rosto de uma deputada do Livre, na passada sexta-feira, após terem sido citados nomes – cuja simples menção bastou para desatar um choro digno de tragédia grega – de crianças imigrantes inscritas em escolas públicas portuguesas. “Radith”, “Aziz”, “Nazita” e “Saahas” foram alguns dos ‘nomes’ divulgados em debate no Plenário pelo líder da oposição, André Ventura. Sem surpresa, esta atitude gerou forte contestação por parte da bancada da esquerda e da extrema-esquerda, com o argumento de que o CHEGA estaria a “instrumentalizar nomes de crianças como forma de materialização de poder”. Contudo, à esquerda e à extrema-esquerda não é estranha esta prática, nomeadamente em manifestações LGBT+:

“Nunca vi a Câmara tão preocupada, principalmente a esquerda, com a instrumentalização de crianças, quando em eventos LGBT as usavam para todos os fins e de todas as formas, como fazem em vários países e também em Portugal”, acusou Ventura. “Nem os filhos de imigrantes, nem os dos que vivem de subsídios: são as crianças dos portugueses

que trabalham que devem ter prioridade nas creches e nas escolas”, reforçou. Cada vez mais famílias portuguesas que procuram vagas para os filhos em creches e pré-escolas deparam-se com uma realidade que muitos classificam como “injusta”: a prioridade na atribuição de lugares parece recair sobre imigrantes recém-chegados, muitos deles sem qualquer histórico de contribuições no país. A denúncia foi feita por várias Associações de Pais, numa reunião com o Partido CHEGA, esta terça-feira, na Assembleia da República, onde se falou de uma “discriminação ao contrário” e de uma “inversão completa de prioridades”. “Os portugueses que sempre cá estiveram, que descontam e pagam impostos, são sistematicamente colocados em segundo plano. O Estado virou as costas ao seu povo”, declarou o Presidente do CHEGA, em conferência de imprensa após a reunião.

Nem os filhos de imigrantes, nem os dos que vivem de subsídios: são as crianças dos portugueses que trabalham que devem ter prioridade nas creches e nas escolas”

“Reunimo-nos com várias personalidades ligadas às escolas de várias zonas do país para tornar claro aquilo que sempre foi decisivo para nós. Nenhum outro partido nos dá lições sobre como nos devemos referir às escolas portuguesas. Não podemos aceitar que quem chega de fora tenha

prioridade sobre quem já cá está”, declarou.

André Ventura adiantou ainda que a situação é mais grave do que parece, pois “são [mesmo] dadas orientações às escolas para agilizar a prioridade aos imigrantes”, acrescentando que “a ferramenta de inclusão não pode ser aplicada à custa de quem cá está”.

Nesse sentido, o CHEGA admite vir a “fazer um levantamento aprofundado sobre a discriminação em todo o país, com todos os professores, funcionários e administradores, para obter uma verdadeira noção do que se passa

realmente nas escolas, ao contrário do que a esquerda afirma”. Para além da questão das vagas em escolas e creches, o CHEGA alerta ainda para aquilo que considera “um abuso escandaloso” na atribuição de apoios sociais. “Temos cidadãos estrangeiros que chegam hoje e amanhã já recebem subsídios, sem nunca terem contribuído com um cêntimo para a Segurança Social”, frisou o líder da oposição, acrescentando que “milhares de portugueses continuam à espera de apoio, enquanto se subsidia quem nunca trabalhou no país”. Estes apoios incluem abonos de família, RSI (Rendimento Social de Inserção) e habitação subsidiada. De acordo com a informação disponível no site da Segurança Social, o abono de família pode ir até 186,87 euros por mês, por criança, com variações conforme os escalões e a composição familiar. Quanto ao RSI, o valor base ronda os 242,23 €, acrescido de 169,56 € por adulto e 121,12 € por menor no agregado. A habitação subsidiada começa nos 15,45 €, aumentando até 46,36 € a partir do terceiro ano. Vejamos este exemplo prático: uma família monoparental sem rendimentos recebe cerca de 921 euros por mês, graças ao abono de família com majoração e ao RSI.

“PORTUGAL AO CONTRÁRIO”

A expressão repete-se nas redes sociais e nos discursos do partido. Para o CHEGA, o país “já não protege os seus” e vive uma “realidade distorcida”, onde “os de fora têm mais direitos do que os de dentro”. “Estamos perante um verdadeiro Portugal ao contrário, onde quem sempre trabalhou, descontou e contribuiu para o nosso país é sistematicamente colocado em segundo plano. É inaceitável que imigrantes que chegam sem qualquer histórico de trabalho recebam apoios sociais imediatos, enquanto muitos portugueses enfrentam filas de espera e portas fechadas”, afirma André Ventura, salientando: “O CHEGA exige que se volte a dar prioridade aos portugueses que pagam impostos e constroem este país. Não podemos continuar a alimentar esta realidade distorcida, onde ‘os de fora’ têm mais direitos do que ‘os de dentro’. Vamos lutar para corrigir este erro e garantir que Portugal proteja, em primeiro lugar, os seus.” Neste sentido, o segundo maior partido português promete apresentar propostas legislativas para “corrigir esta injustiça” e exige que o critério de nacionalidade e tempo de contribuição volte a ter peso nas decisões públicas.

A VERGONHA DA JUSTIÇA



BERNARDO PESSANHA
EDITOR DO FN

Depois de quase uma década de investigações, recursos, e manobras dilatórias, José Sócrates começou finalmente a ser julgado. O ex-primeiro-ministro socialista, arguido por corrupção, branqueamento de capitais e fraude fiscal, está agora finalmente sentado no banco dos réus. Mas a pergunta que os portugueses fazem não é apenas se é “culpado ou inocente”, mas também como foi possível demorar tanto. Este julgamento tardio não diz apenas muito sobre Sócrates. Diz ainda mais sobre a fragilidade do sistema de justiça português e sobre a forma como o poder político — especialmente o Partido Socialista — sempre tratou este caso com cumplicidade envergonhada e silêncio conveniente. Durante anos, os líderes do PS tentaram separar o “caso Sócrates” do “legado Sócrates”. Recusaram assumir responsabilidade política, insistindo em frases feitas: “à justiça o que é da justiça”, “não fazemos julgamentos na praça pública”, etc. E assim foram protegendo um projeto político ruinoso, um estilo de governação marcado pela propaganda, pelo favorecimento a grupos económicos e pela degradação da confiança pública nas instituições. Mas a verdade é simples e dura: José Sócrates não foi um desvio do PS — foi um produto do PS. Foi ovacionado, promovido, defendido. Quando os sinais eram evidentes, os dirigentes socialistas preferiram o silêncio à denúncia. Preferiram a disciplina partidária à verdade. E ainda hoje, com o julgamento em curso, muitos continuam calados. Do outro lado, temos um sistema judicial que falhou. Demorou 10 anos a avançar com um julgamento. Viu a sua credibilidade abalada por decisões contraditórias, fugas de informação, e por um espetáculo de impunidade que deixou os cidadãos revoltados e descrentes. O maior dano não é apenas económico ou institucional. É moral. Um povo que vê um ex-primeiro-ministro acusado de corrupção a evitar julgamento durante anos começa a perder a fé no próprio Estado de Direito. Hoje, o julgamento de Sócrates é uma oportunidade para fazer justiça.



© FOLHA NACIONAL

CORRUPÇÃO, HOMICÍDIO E VIOLAÇÃO

CHEGA QUER CRIMES SEM PRAZOS DE VALIDADE

Apesar do sucessivo boicote dos partidos do Sistema, André Ventura quer alterar o Código Penal, permitindo que crimes como a corrupção, o homicídio e a violação possam ser criminalmente perseguidos a qualquer momento.

FONTE FOLHA NACIONAL

O CHEGA anunciou no domingo passado que irá apresentar uma proposta legislativa para eliminar a prescrição de crimes considerados de especial gravidade, como o homicídio, a violação e a corrupção. Para o líder do partido, André Ventura, “se alguém comete um homicídio ou uma violação, não pode ficar impune só porque se passaram 10 ou 15 anos”. O dirigente sublinha que se trata de crimes que “arrasam vidas e destroem famílias” e, no caso da corrupção, de atos que “prejudicam todos os portugueses, desviando milhões de euros dos nossos impostos”. O CHEGA, atualmente a segunda maior força política no Parlamento, pretende assim alterar o regime penal em vigor, impedindo que crimes de elevada relevância social possam beneficiar da prescrição judicial. Ventura considera que os prazos atuais “beneficiam os infratores” e constituem “uma vergonha nacional”, criticando o facto de “ainda existirem criminosos que escapam à Justiça apenas porque o tempo passou”.

“O que está em causa é simples: não podemos continuar a viver num país onde crimes graves, como homicídio, corrupção ou violação, prescrevem como se fossem meras contraordenações”, reforçou o Presidente do CHEGA. A proposta, que visa uma alteração ao Código Penal, já tinha sido apresentada em plenário a 20 de fevereiro. Segundo o partido, trata-se de uma medida com “impacto estrutural” no sistema judicial, com o objetivo de transmitir à sociedade “uma mensagem clara de combate à impunidade”. Estas bandeiras políticas não são novas pois, em 2021, André Ventura já tinha defendido uma reforma nesse sentido, considerando que “a legislação penal portuguesa tem ficado muito aquém dos avanços dogmáticos que seriam expectáveis na Europa”. De acordo com uma notícia do Observador publicada na altura, o projeto do

CHEGA visava transmitir “um sinal de política-criminal relevante em matéria de proteção da sociedade e da administração da justiça em crimes que sejam particularmente danosos”. Desta forma, estes crimes passariam a poder ser criminalmente perseguidos a todo o tempo, independentemente do tempo decorrido desde a prática dos atos criminosos. Na legislatura anterior, o partido já tinha tentado classificar o crime de violação como crime de natureza pública, mas a proposta foi rejeitada com os votos contra do PSD, PS e CDS-PP. Da mesma forma, o Parlamento também chumbou uma iniciativa do CHEGA que previa o alargamento dos prazos de prescrição para crimes económicos, rejeitada por PS, PSD, PCP, Bloco de Esquerda e Livre. Apesar deste boicote, as propostas agora retomadas demonstram, segundo o partido, a sua persistência e o compromisso com a defesa do interesse dos portugueses.

O que está em causa é simples: não podemos continuar a viver num país onde crimes graves, como homicídio, corrupção ou violação, prescrevem como se fossem meras contraordenações

AUTÁRQUICAS 2025: CHEGA ANUNCIA NOVOS CANDIDATOS

FONTE FOLHA NACIONAL

O partido CHEGA tem vindo a reforçar a sua aposta no poder local e na proximidade com os cidadãos, apresentando os

seus candidatos para as eleições autárquicas de 2025. Os candidatos estão preparados para oferecer uma nova visão para as suas autarquias e comprometem-se a trabalhar



de forma incansável por um futuro mais promissor para os seus municípios. Neste sentido, o partido CHEGA revela Rui Correia como candidato à Câmara Municipal de Mesão Frio. Destacam-se ainda as apostas em Sérgio Vedor para a Câmara Municipal de Alcanena, Vítor Lemos para a Câmara Municipal do Cadaval e Cláudio Franco para a Câmara Municipal de Pinhel, João Rodrigues dos Santos para a Câmara Municipal de Cascais, José Calhau para a Câmara Municipal de Alpiarça e Lílina Moreira para a Câmara Municipal de Almeida.

MAIS DE 300 INSPETORES ENVOLVIDOS NA OPERAÇÃO

PJ FAZ BUSCAS PELA SEGUNDA VEZ AO BANCO DE PORTUGAL



FONTE FOLHA NACIONAL

Mais de 300 inspetores da Polícia Judiciária (PJ) saíram esta terça-feira para a rua, numa operação de grande envergadura que visou esquemas de corrupção na aquisição de material informático com recurso a dinheiros públicos. O Banco de Portugal foi uma das entidades alvo de buscas num total de 103 locais espalhados por todo o país. Esta é a segunda vez, num intervalo de apenas três meses, que o Banco de Portugal é alvo de buscas por suspeitas semelhantes. Em abril, as buscas da Operação Pactum levaram à constituição de 43 arguidos – 12 pessoas coletivas e 31 singulares. Entre os arguidos estavam funcionários do departamento de informática do Banco de Portugal. A PJ e o Ministério Público voltaram assim, esta semana, a apertar o cerco à corrupção no seio de instituições públicas e empresas. No centro do esquema está a empresa DecUnify, que terá montado uma teia de cumplicidades com outras entidades para

simular concorrência nos procedimentos de contratação pública. As investigações apontam para um modelo repetido: apresentar três orçamentos aparentemente independentes, todos controlados, de forma a garantir a adjudicação à empresa previamente escolhida. Entre os contratos sob suspeita estão aquisições de hardware e software, incluindo soluções de cibersegurança, algumas das quais financiadas por fundos europeus do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR). Só no Banco de Portugal, foram identificadas compras à DecUnify no valor de 1,7 milhões de euros desde 2021. Um dos suspeitos é funcionário do departamento de informática da instituição, o mesmo onde o diretor foi constituído arguido em abril passado, na Operação Pactum, Carlos Moura. O Observador avançou, na altura, que os investigadores centraram as suas suspeitas nas “ligações antigas” de Carlos Moura, ex-quadro da Portugal Telecom, “aos seus antigos colegas da PT que transitaram para a Meo”.

LIMITE DE MANDATOS ARRUMA (MUITOS) ELEITOS QUASE 90 AUTARCAS ESTÃO DE SAÍDA

FONTE LUSA TÍTULO FN

Quase 90 presidentes de câmara estão de saída nestas autárquicas por terem chegado ao limite de três mandatos consecutivos na mesma autarquia, a maior parte deles socialistas. Além dos 89 presidentes de câmara que saem das respetivas autarquias nestas eleições, marcadas para 12 de outubro, outros 46 que também estavam no limite dos mandatos já deixaram os cargos nos últimos dois anos, sobretudo para ocuparem lugares no Governo, como deputados na Assembleia da República ou na Europa e cargos públicos: 28 do PSD ou coligações social-democratas, 16 do PS, um

da CDU (PCP/PEV) e um do Juntos Pelo Povo (JPP). Dos 89 presidentes de câmara em fim de mandato, 49 são socialistas, 21 social-democratas ou de coligações lideradas pelo PSD, 12 da CDU, três do CDS-PP e quatro independentes. Entre os autarcas que vão ter de deixar a presidência dos municípios estão o independente Rui Moreira, no Porto, Carlos Carreiras (PSD) em Cascais e Basílio Horta (PS) em Sintra, no distrito de Lisboa, Ribau Esteves (PSD), presidente da Câmara de Aveiro, Ricardo Rio, em Braga (PSD/CDS-PP/PPM/Aliança), e Rogério Bacalhau, em Faro (PSD/CDS-PP/IL/MPT/PPM).

IVA DOS ELETRODOMÉSTICOS

CHEGA QUER BAIXAR OS IMPOSTOS

FONTE LUSA TÍTULO FN

O CHEGA propõe a reposição imediata da aplicação da taxa reduzida de IVA a equipamentos energéticos, que deixou de se aplicar em 1 de julho, e acusa o Governo PSD/CDS-PP de aplicar um “imposto sobre o calor”.

De acordo com uma nota enviada à comunicação social, o CHEGA entregou um projeto de lei na Assembleia da República sobre esta matéria, que também já tinha sido objeto de uma iniciativa legislativa do Livre com o mesmo objetivo. O CHEGA propõe revogar as normas do Orçamento do Estado para 2022 e do Orçamento do Estado para 2023 segun-

do as quais a aplicação da taxa reduzida de IVA a um conjunto de equipamentos energéticos cessa a sua vigência em 30 de junho deste ano, para que a taxa reduzida seja reposta, com efeitos imediatos.

Na exposição de motivos do projeto de lei do CHEGA, que tem como primeiro subscritor o líder parlamentar, Pedro Pinto, este partido responsabiliza o Governo PSD/CDS-PP por permitir este aumento do IVA de 6% para 23% e considera que “esta decisão representa um golpe fiscal direto nas famílias portuguesas”.

PROCESSOS DA AIMA CONTINUAM EM MISTÉRIO

FONTE FOLHA NACIONAL

O Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais (CSTAF) tem reiterado pedidos à Agência para a Integração, Migrações e Asilo (AIMA) para que forneça informação sobre os

processos já decididos administrativamente. O objetivo é permitir que os tribunais possam dar como encerrados os casos que ainda estão em curso, mas que já tiveram resposta por parte da agência. Em

declarações ao DN, o CSTAF sublinha que “é fundamental apurar quantos dos mais de 50 mil processos em tribunal já receberam uma decisão administrativa da AIMA, tornando-se, dessa forma, desnecessária a

continuação da tramitação judicial”. Só depois de receber estes dados será possível avaliar com precisão quantos processos deverão continuar a ser analisados pelos tribunais. Até ao momento, a AIMA ainda não respondeu aos pedidos de esclarecimento do CSTAF, nem do DN.

EM FOCO



© LUSA/MIGUEL A. LOPES

CORRIDA À NACIONALIDADE

MAIS DE MEIO MILHÃO ESPERA SER 'PORTUGUÊS'

FONTE LUSA TÍTULO FN

O Instituto dos Registos e do Notariado (IRN) tinha 515 mil pedidos de nacionalidade pendentes no primeiro semestre de 2025, de acordo com os dados atualizados no Portal da Justiça. É o valor mais elevado registado nos últi-

mos anos e refere-se apenas aos primeiros seis meses: 515.334 pedidos de nacionalidade pendentes no final do primeiro semestre de 2025. De acordo com os dados atualizados no Portal da Justiça, além desses, o IRN tinha registado 121.460 pedidos de nacionalidade entrados, 92.257

deferidos e 3.649 indeferidos. Desde 2020, os serviços registaram o maior número de entradas em 2022 (367.348), mas o número de pendências tem aumentado consecutivamente. Em 2023, o ano mais recente a que se referem os dados mais detalhados, houve 73.278 atribuições de

nacionalidade (ou seja, concedida com base em vínculos familiares com portugueses) e 41.393 aquisições na sequência de pedidos e 8.129 indeferimentos. No mesmo ano, os registos de nacionalidade por cidadãos de antigas províncias ultramarinas totalizaram 1.332 e foram contabilizadas 73 perdas de nacionalidade, cujos motivos não são referidos. Os dados do Portal da Justiça fazem ainda referência ao top cinco de países de proveniência das aquisições de nacionalidade, liderado pelo Brasil (10.365). Na lista, com referência ao ano de 2016, seguem-se Cabo Verde (3.922), Ucrânia (3.249), Angola (1.937) e Guiné-Bissau (1.791). O ministro da Presidência, António Leitão Amaro, já tinha feito um balanço do número de pedidos de nacionalidade pendentes, durante o debate sobre a lei da nacionalidade, na semana passada. De acordo com o governante, dos mais de 500 mil pedidos pendentes, apenas 15% dizem respeito a portugueses originários, nascidos no estrangeiro. “O acesso e a titularidade da cidadania portuguesa não podem ser facilitados, não podem ser comercializados”, porque a “nacionalidade não pode ser transação nem transição, para obter um passaporte e logo se mudar para outros países europeus”, afirmou o ministro, que considerou que, nos últimos anos, “enfraqueceu-se a ligação exigida à comunidade nacional e isso teve consequências: disparou o número de pedidos de nacionalidade”.

ALERTA NO ALGARVE SOBRECARGA PÕE CUIDADOS EM RISCO

FONTE LUSA TÍTULO FN

Os enfermeiros da Unidade Local de Saúde (ULS) do Algarve estão sobrecarregados devido à falta de profissionais e responsabilizam a administração pela degradação das condições laborais e as consequentes implicações na segurança dos cuidados prestados, alertou o sindicato. A falta de profissionais e a sobrecarga de trabalho a que estão sujeitos os enfermeiros ao serviço na ULS do Algarve — que gere os hospitais de Faro, Portimão e Lagos e serviços de urgência básica na região — pode levá-los “a pedir escusa de responsabilidade”, avisou a estrutura sindical.

UNIVERSIDADE DO PORTO E INEM ENVOLVIDOS ESCÂNDALO RESULTA EM SEIS DETENÇÕES

FONTE LUSA TÍTULO FN

A Polícia Judiciária (PJ) realizou, esta terça-feira, uma operação nacional de combate à corrupção e à fraude na obtenção de fundos europeus, que visou várias instituições públicas, incluindo a Universidade do Porto, o INEM e o Banco de Portugal. No âmbito da investigação, foram detidas seis pessoas e foi ordenado o arresto de bens no valor de 4,6 milhões de euros. Em comunicado, a PJ refere que os detidos incluem um membro de uma administração, três funcionários de uma empresa tecnológica, um colaborador de uma empresa concessionária e um funcionário público.

Os suspeitos são indiciados pelos crimes de fraude na obtenção de subsídio, corrupção ativa e passiva, corrupção ativa e passiva no sector privado, participação económica em negócio, recebimento indevido de vantagem, falsificação de documentos e abuso de poder. Em causa estão alegados desvios de verbas do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), através da apresentação de faturas e orçamentos inflacionados, relativos à aquisição de equipamentos e serviços informáticos. Segundo o Jornal de Notícias, altos funcionários do Estado estarão entre os alvos da investigação.

FUGA DE RECLUSOS SINDICATO AVISA: MAIS FUGAS ESTÃO PARA ACONTECER

FONTE LUSA TÍTULO FN

O presidente da Associação Sindical de Chefias do Corpo da Guarda Prisional (ASCCGP), Hermínio Barradas, alertou que o “caos” instalado nas prisões portuguesas por sobrelocação, falta de recursos e edificado obsoleto vai propiciar novas evasões de reclusos. Em declarações à agência Lusa minutos antes de se saber que os dois reclusos que se evadiram na segunda-feira do Estabelecimento Prisional de Alcoentre foram capturados, Hermínio Barradas considerou que “é uma irresponsabilidade dos Governos terem deixado chegar o sistema prisional a este ponto”.

PORTUGAL LIDERA SUBIDA

TEMOS AS CASAS MAIS CARAS DA EUROPA



FONTE FOLHA NACIONAL

Portugal foi o país da União Europeia (UE) que registou o maior aumento dos preços da habitação no primeiro trimestre de 2025, segundo dados comparativos divulgados na passada sexta-feira pelo Eurostat, aos quais o jornal Expresso teve acesso. Já no quarto trimestre de 2024, Portugal tinha sido o terceiro país da UE com a maior variação homóloga (11,6%). Contudo, nos primeiros três meses deste ano, a taxa de crescimento homólogo dos preços das casas atingiu os 16,3%, um novo máximo histórico nos registos do Instituto Nacional de Estatística (INE). Questionado pelo mesmo jornal, Ricardo Guimarães, diretor da plataforma de dados Confidencial Imobiliário, sublinha que a presença de Portugal entre os países com maior subida de preços “tem sido um

padrão”. Outros especialistas corroboram esta leitura. A tendência de aumento, “que já se verifica há uma década”, como destaca o economista João Pereira dos Santos, não é nova e tem vindo a traduzir-se em problemas que “não se esgotam na habitação”, afetando também o “mercado de trabalho”, contribuindo para o aumento de “conflitos sociais” e agravando a perceção de “corrupção”. O que coloca o país no topo da tabela no início de 2025 é, segundo o economista, um “problema de oferta”, que passa não apenas pela escassez de “construção pública”, mas também pela

morosidade dos procedimentos e pela “opacidade e falta de transparência nos licenciamentos”. Ricardo Guimarães destaca ainda a “transformação na mobilidade” e o



Nos primeiros três meses deste ano, a taxa de crescimento homólogo dos preços das casas atingiu os 16,3%, um novo máximo histórico nos registos do INE

facto de “Portugal ter sido um país que atraiu muita procura dentro da Europa”. Ainda assim, aponta igualmente a importância de fatores relacionados com a oferta e com a “capacidade de edificação”. Em paralelo, o rácio entre

o rendimento das famílias continua a subir. Entre 2010 e o primeiro trimestre de 2025, o valor da habitação mais do que duplicou em Portugal, com uma subida de 130%.

ESCÂNDALO NA CAIXA

CORRUPÇÃO NA CGD ENVOLVE FUNCIONÁRIOS

FONTE FOLHA NACIONAL

Quatro funcionários da Caixa Geral de Depósitos (CGD) envolveram-se num caso de polícia. Há indícios fortes de que tenham, enquanto desempenhavam as suas funções, levado a cabo atos criminosos. A notícia é do jornal Público que conta que “são atos que lesaram clientes e que obrigaram o banco a restituir valores”, escreve o jornal. Segundo o Público, em causa estão casos de corrupção passiva, recebimento ou oferta indevida de vantagem, peculato e abuso de poder. A denúncia foi feita pela CGD ao Ministério Público, tendo sido aberto um inquérito, ainda a correr.

ESTADO E BANCA AFASTARAM-SE MAS...

PORTAS GIRATÓRIAS ESTARÃO DE VOLTA?

FONTE LUSA TÍTULO FN

As ‘portas giratórias’ entre Estado e banca diminuíram ligeiramente entre 2005 e 2020, conclui um estudo da Associação para a Resiliência de Lisboa. O BES dominava no período pré-crise, e acabou depois da sua intervenção em 2014. No período pós-crise, o banco com maior risco é a Caixa Geral de Depósitos, mas o estudo acautela o facto de este ser um banco público, havendo por isso atenuantes.

“No período analisado o país teve uma trajetória positiva, mas tímida. E já apresenta sinais de reversão, já

vemos sinais de que podem vir a ser refeitas algumas ‘portas giratórias’ que na sequência da crise melhoraram”, disse à Lusa o presidente da Associação para a Resiliência da Região de Lisboa, Luís Coruche, a propósito do estudo ‘Portas Giratórias entre a Banca e o Estado’ agora publicado. Para o estudo feito, no âmbito da Agência Cívica de Rating, peritos e académicos de várias áreas analisaram 14 bancos e uma amostra de um terço de todos os membros dos órgãos sociais de cada banco entre 2005 e 2020.

“ OPINIÃO

O FUTURO É CHEGA



RICARDO LOPES REIS
DEPUTADO

Um dos temas do momento é, sem dúvida, o reagrupamento familiar. Entre avanços e recuos, muitos deles puramente táticos e políticos, o Governo da AD deixou explícito o que pretende: aumentar o caos migratório. A vinda de mais imigrantes nesta dinâmica é o oposto do que o Governo afirmava dias antes das eleições. Se antes do ato eleitoral garantiam que iriam reduzir o número de imigrantes em solo nacional e restringir a sua entrada, rapidamente se percebeu que tal não aconteceria. Qual o resultado desta intenção da AD? Um aumento do número de imigrantes, que colocará mais pressão nos serviços de saúde, de ensino, na habitação, nos transportes, entre tantos outros serviços pagos com o dinheiro dos contribuintes. Isto apenas revela que as famílias prioritárias para este Governo não são as portuguesas, mas sim as estrangeiras. E é mesmo por isso que, no programa do CHEGA, não há referência ao reagrupamento familiar de estrangeiros, mas sim medidas concretas e urgentes para que os jovens portugueses se mantenham em Portugal, e que aqueles que partiram para fora, empurrados por Governos do PS e do PSD, sintam que têm um país que os quer receber de volta e que lhes dará condições para prosperar. O único reagrupamento familiar que interessa ao CHEGA é o reagrupamento dos nossos jovens, que, obrigados a partir, sonham voltar a este país, dar o seu contributo, constituir família, abraçar os seus entes queridos e ajudar esta nação. Não aceitamos o que o PS fez, e o PSD parece querer continuar. Não queremos ver os nossos melhores talentos, os nossos jovens qualificados, partir, enquanto abrimos portas aos menos qualificados, à mão-de-obra barata, ao parasitismo social. Esta troca estratégica dos partidos do sistema, numa tentativa de se perpetuarem no poder criando “novos portugueses”, enquanto se tentam livrar dos verdadeiros, é perversa e põe em causa a sobrevivência da Nação. Por isso, que fique claro: só o CHEGA prioriza as famílias portuguesas, enquanto o Governo, à moda do PS, procura governar para os imigrantes, mas sem pensar nos portugueses. Por isso o CHEGA é o futuro. Por isso venceremos.

NÃO PASSARÃO! NÃO ENTRARÃO!



TIAGO
MOREIRA DE SÁ
EURODEPUTADO

Dada a gravidade do fenómeno, abro uma exceção na análise de assuntos internacionais para abordar um tema que começa a ganhar inquietante relevância nacional: a ocupação ilegal de casas. Ou seja, a delin-

quência mascarada de justiça social. Uma sociedade decente não romantiza o roubo, nem aplaude quem o comete. Contudo, cresce em Portugal a tendência para normalizar este gravíssimo atentado à

propriedade privada e à ordem pública, com meios de comunicação social a darem palco a aspirantes a 'Irmãos Metralha' disfarçados de 'Missionários da Caridade'. Defender o ladrão é trair o cidadão. Quando a delinquência se apresenta como causa nobre, corrompe-se a lei e destrói-se a confiança que sustenta a vida em comum. Justiça social não é socializar a injustiça. Confundir delito com direito é punir o trabalho

honrado e recompensar o parasitismo. O CHEGA não o permitirá. Propomos penas de prisão para quem ocupe casas ilegalmente, a aceleração da remoção dos invasores e a desocupação imediata. Porque a casa invadida não é só um bem usurpado: é o espaço íntimo violado, o pacto civil rasgado. E, fatalmente, o prelúdio da cidade saqueada. Não passarão. Nem entrarão.

VON DER LEYEN NA CORDA BAMBA

MOÇÃO DE CENSURA ABALA PARLAMENTO EUROPEU



© FACEBOOK/COMISSÃO EUROPEIA

FONTE FOLHA NACIONAL

Esta semana, no Parlamento Europeu, foi votada uma moção de censura à Presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen. Entre os 76 eurodeputados que assinaram o documento esteve António Tânger Corrêa, chefe da delegação portuguesa do CHEGA. A iniciativa, promovida pelo grupo político Conservadores e Reformistas Europeus (ECR), pretendeu enviar um claro aviso à forma como a dirigente tem conduzido os destinos da União Europeia. A moção reuniu apoios de eurodeputados do ECR, Patriotas pela Europa (CHEGA), ESN e de eurodeputados independentes. Este alargamento no leque de apoiantes evidencia o crescente desconforto entre diferentes sensibilidades políticas relativamente à liderança de von der Leyen. Para os signatários, von der Leyen representa uma Europa cada vez mais centralizadora e desligada dos cida-

dãos. Os proponentes entendem que a Presidente da Comissão Europeia perdeu a legitimidade política e moral para continuar em funções. A sua recusa em divulgar documentos sobre os contratos das vacinas, o financiamento a ONGs com agendas ideológicas e a opacidade das suas decisões alimentam a desconfiança crescente entre cidadãos e representantes eleitos. A própria Procuradoria Europeia (EPPO) investiga atualmente a conduta da Presidente no âmbito das negociações com a Pfizer.

"Esta moção não é um fim, mas o início de uma tomada de consciência política. A Comissão representa tudo aquilo que os cidadãos rejeitam: centralismo, opacidade, jogos de bastidores, falta de transparência e uma enorme distância em relação às reais preocupações das pessoas comuns", declarou o eurodeputado português do CHEGA, António Tânger Corrêa.

RELAÇÃO UCRÂNIA - EUA PENTÁGONO REFORÇA ARSENAL PARA A UCRÂNIA

FONTE LUSA TÍTULO FN

O Pentágono confirmou que vai enviar mais armamento para a Ucrânia, horas depois de o Presidente dos Estados Unidos ter mencionado a reversão da suspensão da entrega de armas. "Sob a orientação de Trump, o Departamento de Defesa está a enviar armas defensivas adicionais para a Ucrânia", disse o porta-voz do Pentágono. O objetivo é "garantir que os ucranianos se podem defender enquanto trabalhamos para garantir o fim da matança", acrescentou, sublinhando "para que o Presidente dos EUA avalie as remessas militares em todo o mundo continua em vigor".

IRLANDÊS MANTÉM O PODER MINISTRO REELEITO NO EUROGRUPO

FONTE LUSA TÍTULO FN

O ministro das Finanças da Irlanda e atual presidente do Eurogrupo, Paschal Donohoe, foi reeleito líder do fórum informal dos governantes da moeda única, após os outros dois concorrentes se terem retirado da 'corrida'. "O Eurogrupo elegeu, por consenso, Paschal Donohoe, ministro das Finanças da Irlanda, como seu presidente para um terceiro mandato. Com a duração de dois anos e meio, terá início em 13 de julho de 2025", indica em comunicado. Paschal Donohoe menciona que "tem sido uma grande honra e privilégio exercer o cargo de presidente do Eurogrupo desde 2020."

POLÓNIA FECHA AS FRONTEIRAS CONTROLO REFORÇADO COM A ALEMANHA

FONTE LUSA TÍTULO FN

A Polónia restabeleceu os controlos fronteiriços com a Alemanha e a Lituânia à meia-noite de domingo passado (23:00 em Lisboa), uma decisão que visa conter o fluxo de imigração ilegal. A imigração tem sido um tema central do debate político na Polónia desde a campanha para as presidenciais em 1 de junho, ganhas por Karol Nawrocki, apoiado pela oposição nacionalista populista, que derrotou o pró-europeu Rafal Trzaskowski. "Esta decisão foi tomada para combater a imigração ilegal", disse o ministro do Interior polaco, Tomasz Siemoniak,

garantindo que, "de forma alguma", é dirigida a cidadãos da União Europeia. A medida foi justificada por Varsóvia com uma vaga migratória proveniente de países orientais, alegadamente orquestrada deliberadamente pela Rússia e Bielorrússia, para desestabilizar o Leste europeu. Na fronteira com a Alemanha foram selecionados 52 postos de controlo, 16 dos quais permanentes, somando-se a 12 com a Lituânia, dois permanentes, pelo menos até 5 de agosto, embora estes prazos possam ser prolongados.

ÚLTIMAS

SANTA MARIA GASTOU 40 MILHÕES EM CIRURGIAS

A Unidade Local de Saúde de Santa Maria gastou 40 milhões de euros em cirurgias adicionais desde 2022, afirmou o inspetor-geral da saúde. Em causa está o aproveitamento do Sistema Integrado de Gestão de Inscritos para Cirurgia, que terá permitido um médico receber milhares de euros por operar doentes aos sábados.

PROCURADO EM TRÊS PAÍSES DETIDO EM OLHÃO

Um homem de 51 anos aguarda extradição para a Alemanha, depois de ser procurado pelas autoridades de vários países. Foi apanhado no Algarve e é suspeito de introduzir cocaína na Europa oriunda da América do Sul. Segundo a polícia, o homem tem um historial de crimes, incluindo tráfico de estupefacientes, roubo e falsificação de documentos.

PORTUGAL REGISTOU 29 MILHÕES DE TURISTAS

De acordo com as Estatísticas do Turismo, em 2024, os meios de alojamento turístico registaram 34 milhões de hóspedes, ou seja, 88,3 milhões de dormidas – aumentos de 4,8% e 3,8%, respetivamente. As dormidas de não residentes representaram 67,7% do total, tendo 2024 sido o ano com uma maior dependência dos mercados internacionais, desde 2013.

RÚSSIA ATACA EM FORÇA COM DRONES

A Força Aérea ucraniana disse que a Rússia lançou, durante a última noite, o maior ataque com drones e mísseis desde o início da invasão em 2022. Segundo a Força Aérea de Kiev, as forças russas dispararam 72 aparelhos aéreos não tripulados e 13 mísseis. Foram intercetados 71 drones e destruídos sete mísseis, sem especificar os danos causados.

PORTUGAL REAL



© CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

COIMBRA

CHEGA PELA AÇÃO SOCIAL E EDUCAÇÃO

FONTE FOLHA NACIONAL

O CHEGA em Coimbra apresentou um conjunto de medidas para desenvolvimento e apoio à Ação Social e Educação. De entre as medidas, Maria Lencastre Portugal, candidata à Câmara Municipal de Coimbra, defendeu “transformar os imóveis camarários em habitação a custos reduzidos”, assim como devolver “a baixa de Coimbra às famílias e lojistas.”

O CHEGA pretende, no âmbito da educação, “fornecer gratuitamente os livros de exercícios a todos os alunos

do concelho” e renovar “todo o parque escolar que se encontre degradado”, reforçou a candidata do CHEGA, afirmando que esta será uma das prioridades do partido. Deixou ainda bem patente que, com o CHEGA, tanto as casas de banho mistas como os balneários mistos vão acabar em Coimbra. Maria Portugal assegurou que vai promover projetos de envelhecimento ativo e para pessoas com mobilidade reduzida, mediante parcerias com entidades privadas e a Universidade e Politécnico de Coimbra.



HÁ DOIS ANOS FOI ASSIM

SOPA DE LETRAS

F O R T S I N I M L H N S K O
R S F E I A D N R A E J I E G
O O A C N A B S G C D O D I A
N C S T E O I R R B T A S O P
T I C E P B A T R A D Y D E R
E T O T A C I D N I S U T H E
I S M V E A U C S F N R D O S
R E A R E P O R T U G U E S C
A M B N R M E A S I L T G E R
S O A C L V A T C S R N E F I
S D G B I P E N T A G O N O C
D O L N T C S H D N C R V M A
S R U A E A T N C A L U I I O
A T M E S V N R T A T S D O G
C E S A E M T A N R T O E E L
I L C D A N E T L E S A S C U
E E S A I G R U R I C L N R H
O G S E D A D I R O I R P D S
L R X A T O O B A N C O G E I
B A F U N C I O N A R I O S O

PALAVRAS

- | | |
|---------------------|------------------|
| 1. Prioridades | 10. Sindicato |
| 2. Prescrição | 11. Casas |
| 3. Banco | 12. Funcionários |
| 4. Mandatos | 13. Banca |
| 5. Eletrodomésticos | 14. Pentágono |
| 6. Mistério | 15. Ministro |
| 7. Português | 16. Fronteiras |
| 8. Sobrecarga | 17. Educação |
| 9. Universidade | 18. Cirurgias |

DÁ ESPAÇO À TUA VOZ

CANAL DE DENÚNCIAS

O CANAL SEGURO E CONFIDENCIAL PARA O CIDADÃO
ENVIAR-NOS A TUA DENÚNCIA ATRAVÉS DO EMAIL

euvi@folhanacional.pt

PATAS DE GALA

Imagine circular numa rotunda e deparar-se com milhares de patas de galinha espalhadas por toda a estrada. Este insólito aconteceu na

zona da rotunda da Gala, na Figueira da Foz, quando, devido a uma avaria, um camião carregado com milhares de patas de galinha libertou a sua mercadoria por toda a estrada.

O vídeo do acidente foi partilhado na rede TikTok pelos ‘Motoristas do Asfalto’, tornando-se viral. No vídeo podemos ver o camião ainda em andamento e a libertar para a estrada milhares de patas de galinha.



O cenário apocalíptico, que cobria toda a faixa de rodagem, não deixou indiferentes condutores e passageiros que por ali passaram.

Segundo as Notícias de Coimbra, apesar de o aparato da situação, não se registaram danos de maior, nem feridos. É caso para dizer: podia ser ‘uma malapata’ maior.

